

Estados vão receber Cr\$ 35 bilhões para aplicar em Educação

Brasília — A liberação de Cr\$ 35 bilhões para as Secretarias estaduais de Educação, pelo Ministério, foi o resultado prático do encontro dos secretários de educação, promovido pelo Ministro Marco Maciel. Outro saldo positivo do encontro foi a participação dos Ministros Waldir Pires, da Previdência, Almir Pazzianotto, do Trabalho, Carlos Sant'Anna, da Saúde e João Sayad, do Planejamento, abrindo um novo estilo de debate para a busca de soluções prioritárias, na Nova República.

À reunião estiveram também presentes as lideranças interpartidárias, através de Pimenta da Veiga (PMDB), Carlos Chiarelli (PFL) e José Lourenço (PFL), além de João Calmon (PMDB) e Rômulo Galvão (PDS), presidentes das Comissões de Educação do Senado e Câmara. As linhas de ação mais discutidas pelos Secretários foram a prioridade para o ensino do primeiro grau, descentralização das decisões e reforma tributária para dar condições de gerência aos estados e municípios.

A proposta dos Secretários de Educação — contida inclusive no texto da *Carta de Curitiba*, entregue ao Presidente Tancredo Neves em fevereiro — se baseia em três pontos. O primeiro, no cumprimento da Emenda Calmon (do Senador João Calmon), que destina 13% do orçamento da União para a Educação (na prática recebe apenas 8%) e estabelece que os estados e municípios liberem 25%. O segundo, na questão da agilização dos recursos destinados aos estados com o fim da burocracia. O último, que todo e qualquer projeto a ser elaborado pelo Ministério de Educação conte com a consulta e participação das secretarias estaduais.

Almir Pazzianoto referiu-se à necessidade de uma nítida e permanente interligação entre os setores de Educação e Trabalho, na vida nacional. "As escolas dão às crianças uma educação de acordo com os padrões sociais e ignoram as normas que regem as leis do trabalho. As crianças saem da escola despreparadas para enfrentar os conflitos existentes no mundo das relações de trabalho, seja para iniciativa privada ou pública".

Waldir Pires foi mais longe ao se referir ao mundo pobre da América Latina e aos índices comparativos, "tão aviltantes", das parcelas de orçamento gastos em Educação, pelo Brasil e por países em piores condições econômicas. "Nós somos um país que investe menos em Educação do que a Bolívia, o Peru e El Salvador".

Marco Maciel aproveitou o encontro para defender, juntamente com os Secretários, uma ampla mobilização com vistas a dar espaço político à Educação na Constituinte. Mais tarde, na sua audiência de 10 minutos no Palácio do Planalto com José Sarney, acompanhado dos Secretários, ele obteve do Presidente em exercício a afirmação de que a Educação tem prioridade em seu Governo, com um tratamento especial ao lado dos setores da área social.